

A construção do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia na região metropolitana de Campinas, São Paulo

*Karina Toledo Solha¹
Mirza Maria Baffi Pellicciotta²*

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir para o registro e a reflexão sobre as ações que têm sido implementadas na construção de um novo paradigma de turismo para a Região Metropolitana de Campinas, São Paulo, analisando a experiência de construção do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia. Para tanto utilizou como subsídios documentos oficiais que tratam da regionalização do turismo no país e no estado e o relato dos técnicos que participaram da elaboração do inventário turístico dos municípios participantes do consórcio do Circuito. A experiência demonstrou que pode-se obter resultados significativos com a articulação técnica e política das localidades envolvidas, mas que ainda é necessário avançar nas estratégias de operacionalização de produtos e na implementação de instrumentos que permitam o gerenciamento dos destinos turísticos.

Palavras-chave: Regionalização do Turismo, Circuitos Turísticos, Políticas Públicas, Planejamento Turístico, Campinas, São Paulo.

1. Introdução

O turismo na RMC- Região Metropolitana de Campinas ocorre espontaneamente e está, tradicionalmente, apoiado nos segmentos de eventos e negócios, embora apresente potencial para o desenvolvimento de um turismo diversificado e complementar àquele que já está consolidado. Atualmente, ao mesmo tempo em que se deparam com as dificuldades inerentes ao processo desenvolvimento regional do turismo, as localidades inseridas na RMC, também se preocupam em buscar e consolidar um diferencial de atratividade que seja decorrente de sua própria identidade.

¹ Universidade de São Paulo. E-mail: kasolha@yahoo.com

² Prefeitura Municipal de Campinas. E-mail: mirzapellicciotta@yahoo.com.br

Este artigo tem como objetivo contribuir para o registro e a reflexão sobre as ações que têm sido implementadas na construção de um novo paradigma de turismo para a região, que está apoiado nas orientações advindas dos governos federal e estadual.

Para a construção desta análise foi necessário recorrer à bibliografia que trata das questões sobre regionalização do turismo e o papel do poder público, complementada pela consulta aos documentos oficiais do governo federal, do estado de São Paulo e da prefeitura municipal de Campinas. A fim registrar e analisar a experiência de criação do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia foram realizadas entrevistas com os técnicos responsáveis pela implantação do circuito nas diferentes cidades que o compõem.

Os resultados foram organizados em duas partes, sendo que a primeira oferece um panorama da estratégia de regionalização do turismo no país e seu reflexo no Estado de São Paulo, enquanto a segunda detalha a experiência de implantação do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia, descrevendo a metodologia de trabalho desenvolvida e os principais desafios desta trajetória.

2. A regionalização e o desenvolvimento do Turismo

Na atualidade, verifica-se que muitos governos buscam descentralizar as decisões a respeito do desenvolvimento do turismo, transferindo as responsabilidades para as outras esferas do poder público. No Brasil, este processo iniciou-se, com a implantação do PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo, criado com base nas orientações da OMT – Organização Mundial do Turismo. Além dele, outros programas como o Prodetur e o Proecotur exigiram um maior compromisso dos governos estaduais no desenvolvimento do turismo e, de certa forma atendendo, também, aos pré-requisitos estabelecidos pelas agências financiadoras internacionais (BID).

Estas políticas definidas para o turismo brasileiro, na década de 1990, se expandiram, e foram redefinidas a partir de 2003, desta vez tendo como principal objetivo implementar ações que promovessem o desenvolvimento turístico no país por meio da regionalização.(EMBRATUR, 2003:12).

No entanto, a implementação desta estratégia teve que considerar a grande fragilidade das representações regionais, estaduais e locais decorrente da longa tradição de centralismo, na qual estas esferas do poder público só agiam como cumpridoras das regras emanadas do poder central. (Solha, 2004). Conseqüentemente, para obter os resultados desejados foi

preciso iniciar a construção de uma cultura e de uma estrutura de apoio até então inexistentes, mesmo nos estados onde o turismo já tinha presença relevante e que apresentavam alguma institucionalização da atividade na administração pública. Neste contexto insere-se o Estado de São Paulo, que tem um organismo de turismo em sua estrutura administrativa desde 1965, apresenta significativa participação no turismo nacional e conta com centros acadêmicos com expressiva produção científica e que, no entanto, não dispõe de informações sistematizadas das experiências de planejamento e desenvolvimento do turismo no estado ou mesmo de um plano de desenvolvimento turístico. (Solha, 2004)

Assim como tantos outros, o governo do estado de São Paulo tem promovido a organização regional do turismo estimulando a criação de diversos Circuitos que foram estabelecidos através da construção de consórcios entre as cidades envolvidas, abrangendo todas as regiões do estado. Para tanto criou-se, em 2006, o Conselho do Turismo Regional Paulista, formado por pessoas indicadas pelos Conselhos Municipais de Turismo, tendo como principais atribuições propor objetivos, metas e prioridades de interesse regional e planos de desenvolvimento regional, promover a integração das diversas instituições envolvidas com o segmento e colaborar para a formação e capacitação dos profissionais do setor turístico (São Paulo, 2006). Como resultado destas ações foram criados 16 circuitos turísticos em todo o Estado, a partir das regiões turísticas indicadas pelo Ministério do Turismo, em 2004.

Quadro 1 – Circuitos turísticos do Estado de São Paulo

Regiões turísticas	Circuitos Turísticos
Região Vale do Paraíba	Circuito da Mantiqueira;
Região Metropolitana de São Paulo	Circuito Turístico do Vale Histórico;
Região Baixada Santista	Circuito das Águas Paulistas;
Região Vale do Ribeira	Circuito das Frutas;
Região Cuesta	Circuito Aventura e Lazer;
Região do Aguapeí	Hidrovia Tietê-Paraná;
Região Nordeste Paulista	Caminhos de Anchieta;
	Roteiros das Cavernas;
Região de Campinas	Caminho dos Tropeiros;
	Roteiro do Grande ABC;
	Roteiro dos Bandeirantes;
	Pólo Turístico Cuesta;
	Circuito de Ciência e Tecnologia;
	Circuito Aventuras do Aguapeí;
	Circuito da Laranja;
	Estrada Real

Contudo a divisão em circuitos, mesmo considerando as características das regiões, não significa que as articulações políticas e a estrutura turística necessária estejam implementadas ou mesmo em ação. Pois apesar do interesse em participar deste processo muitas localidades se vêm despreparadas para lidar com questões inerentes à uma ação que exige atuação conjunta e articulada dos diferentes segmentos do turismo.

Este fato não se restringe às localidades do Estado de São Paulo, de modo geral, verifica-se uma grande dificuldade no estabelecimento de ações que promovam o que a OMT – Organização Mundial de Turismo denomina como gestão de destinos, ou seja, a coordenação de todos os elementos que compõem um destino (atrativos, facilidades, acesso, marketing e preço) para atuarem como uma unidade. (OMT, 2007). Isto significa que a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico, deve ser seguida pelo estabelecimento de um conjunto de ações que levem a localidade a tornar-se um destino turístico competitivo e diferenciado pela qualidade da experiência de viagem que pode oferecer aos visitantes.

Observa-se que às discussões sobre a necessidade de planejar o desenvolvimento do turismo se associam outras relacionadas ao gerenciamento de destinos. No entanto, se ainda há dificuldades para a implementação do planejamento turístico, como os destinos que desejam tornar-se turísticos conseguirão se organizar? E além disso, entender a importância da qualificação da experiência de viagem como diferencial competitivo?

3. O turismo na região de Campinas: uma experiência em construção

A Região Metropolitana de Campinas é uma unidade regional do Estado de São Paulo criada pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de Junho de 2000, constituída pelo agrupamento dos seguintes 19 municípios: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana de Campinas



Fonte: www.emplasa.sp.gov.br/metropoles

A região apresenta uma diversificada produção industrial, principalmente nos setores científico e tecnológico. Essa área, contígua à Região Metropolitana de São Paulo, possui um parque industrial moderno, diversificado e composto por segmentos de natureza complementar, conta com uma estrutura agrícola e agroindustrial bastante significativa, desempenhando atividades terciárias com uma especialização expressiva. Destaca-se, ainda, a presença, na região, de centros inovadores no campo das pesquisas científica e tecnológica, com a importante presença de centros universitários de renome nacional e internacional. (AGEMCAMP, 2007)

Por estes motivos foi considerada como uma região turística do Estado de São Paulo, estando inserida em dois circuitos: o Circuito das Frutas e o Circuito de Ciência e Tecnologia, este último objeto deste estudo.

Os primeiros ensaios de associação entre turismo, ciência e tecnologia surgiram há alguns anos com a parceria firmada entre a Fundação Fórum Campinas e o Conventions &

Região Visitors Bureau. Com as atenções voltadas para o turismo de negócios, a possibilidade do “trade” turístico se aproximar da alta tecnologia prometia impulsionar uma nova frente de atividades, e ao mesmo tempo inaugurar uma modalidade de desenvolvimento turístico fundado na identificação e contato com a produção de conhecimento de universidades e instituições, públicas e privadas sediadas na região.

Esta modalidade turismo denominada por alguns autores como turismo industrial, pode ser compreendida como “conjunto de atividades que envolvem visitas guiadas a empresas para se conhecer processos de cultivo de produção ou de prestação de serviços, considerando as características dos equipamentos e rotinas de trabalho antigos e modernos, resultantes de tecnologia de ponta ou baseados em técnicas de produção com característica artesanal.”(Braga, 2008). Em alguns países europeus como França, Itália, Alemanha e Holanda entre outros, os roteiros com este intuito estão consolidados e são muito procurados tanto por aqueles que desejam ter um conhecimento geral sobre os processo produtivos de algumas empresas quanto pelos que buscam conhecimentos mais específicos. (Braga, 2008)

A parceria entre o Fórum Campinas e o Convention Bureau, no entanto, deu lugar a uma trajetória mais árdua do que a imaginada, constando entre os desdobramentos, uma experiência de *alargamento* conceitual bastante significativa, presente no caráter com que empreendeu novas iniciativas e parcerias. A criação do “consórcio inter-municipal de turismo de ciência e tecnologia” constituiu-se numa delas, cabendo-lhe o papel de envolver o poder municipal na proposição e consolidação de políticas públicas para o setor. Esta iniciativa concretizou-se em abril de 2005 e, nos últimos anos, já recebeu a adesão de 12 municípios³.

A experiência de criação do Consórcio do “Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia”, de fato, merece atenção, em especial quando consideramos que atribuir *caráter turístico* ao segmento da ciência e tecnologia – um segmento caracterizado pelas dificuldades de acesso e de entendimento – não é tarefa fácil. Por outro lado, a diversidade dos contextos, em particular, da presença - ou não - de instituições científicas e de alta tecnologia nas cidades impôs, desde a origem, a adoção de uma compreensão mais generalista do tema como meio de garantir condições mais igualitárias de desenvolvimento turístico para a região. Por fim, o desafio de lidar com diferentes municípios num programa de ação comum trouxe dificuldades extras à já complexa relação entre turismo, ciência e tecnologia, devendo-se atender à

³ Americana, Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Limeira, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Piracicaba, Santa Bárbara d’Oeste e Sumaré

interesses públicos e privados, de diferentes níveis tecnológicos e numa interface complexa de perspectivas de desenvolvimento local e regional. Desta trajetória, no entanto, surgiria uma experiência mista, rica e particular de gestão urbana e de agregação de valores turísticos ao já sedimentado complexo de ciência e tecnologia regional.

A experiência de consolidação do Consórcio do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia (CT2), enfim, carrega elementos preciosos; que já se mostraram presentes desde as primeiras tentativas de *inventariar e medir o potencial “turístico”* de uma região muito heterogênea em suas realizações científicas e tecnológicas. De forma concomitante, foi das dificuldades enfrentadas que nasceu o desejo entre as lideranças do Consórcio de ampliar o entendimento e experiência no campo turístico por meio de uma maior aproximação dos circuitos regionais “das Águas” e “das Frutas”.

As dificuldades de implementação e operação - trazidas pelas debilidades infra-estruturais, pelos limites de entendimento e valorização identitária, ou ainda, pelas dificuldades efetivas de associar turismo, desenvolvimento, ciência e tecnologia na esfera municipal -, não tem sido suficientes para desanimar seus integrantes, podendo-se afirmar que o CT2 encontra-se em percurso de consolidação e que, entre as várias conquistas já obtidas, está a convicção de que o turismo pode e deve se fazer agente de uma *perspectiva qualitativa de futuro*, e que esta deve se tornar a base de legitimação do Consórcio Turístico de Ciência e Tecnologia.

4. Entre os desafios: as tessituras do público x privado

Em dezembro de 2005, uma equipe intermunicipal e multidisciplinar formada por técnicos e pesquisadores dos 12 municípios integrantes do CT2, apresentou no auditório do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), em Campinas, os resultados de seis meses de trabalho dos 12 cidades integrantes do Consórcio. Seus resultados originavam-se de uma trajetória de pesquisa coletiva, subsidiada pelas Prefeituras e enriquecida pela presença de técnicos integrados à vida e desafios dos territórios em estudo. Ao longo de quatro meses, a equipe - constituída, em média, por 25 integrantes - visitara 85 espaços⁴ indicados como de interesse turístico pelos Municípios e estabeleceu as bases de

uma análise de seus processos constitutivos, de aspectos de sua diversidade étnica (aspectos que, pouco a pouco, sedimentaram elementos identitários particulares); além de um diagnóstico das condições e potencialidades de desenvolvimento turístico regional.

Entre maio e outubro de 2005, esta equipe intermunicipal e multidisciplinar – mais conhecida como “grupo técnico” – visitou as cidades de Monte Mor, Americana, Santa Bárbara D’Oeste, Nova Odessa, Limeira, Indaiatuba, Sumaré, Jaguariúna, Hortolândia, Campinas, desenvolvendo de forma concomitante uma *metodologia de investigação* e um *conjunto de instrumentos* específicos e adequados ao objeto em questão. Orientado pelos órgãos de turismo de cada localidade e por técnicos dos órgãos municipais de preservação cultural e ambiental (essenciais à identificação e compreensão dos atrativos indicados), também envolvidos no projeto, o “grupo técnico” concebeu, aplicou, interpretou e propôs alternativas de desenvolvimento turístico, sempre atenta (e aberta) às novas discussões alusivas aos temas: turismo, desenvolvimento, ciência e tecnologia.

Aos formulários de pesquisa de campo (seleção e cadastro), tabelas de características relevantes (índice de características relevantes por atrativos), tabelas de classificação de atrativos/recursos (categorias, tipos e subtipos), matrizes de avaliação (índice de atratividade)⁵, somaram-se a um levantamento de duas mil imagens, para compor um relatório de resultados parciais, que também se fez acompanhar por novas diretrizes de pesquisa e sugestões de continuidade dos trabalhos. Destes resultados obtidos verificou-se que:

Dos espaços visitados

- 85% constituem-se espaços históricos culturais e 15% espaços naturais;
- 58% são espaços privados;
- 61% não recebem visitantes com frequência e 39% recebem visitantes.

Com relação ao caráter propriamente turístico do atrativo:

- 50% identificam-se como *atrativo complementar a outro de maior interesse*, capaz de estimular correntes turísticas locais e regionais;

⁵ adaptação dos formulários do Inventário da Oferta Turística - EMBRATUR, 1993

- 43% identificam-se como *atrativo com algum interesse*, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atual ou potencial, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegando por outras motivações turísticas;
- 07% identificam-se como *atrativo turístico importante*, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente, atual ou potencial, de visitantes nacionais ou internacionais.

Ao final da apresentação, o Grupo Técnico considerou que a maior parte dos *atrativos* municipais constituíam-se em *recursos turísticos* - e não *atrativos turísticos*; que sua transição para a condição de *atrativo* poderia receber do tema *Ciência e Tecnologia* uma valiosa contribuição, em especial, como elemento de “encantamento” frente aos recursos e ao próprio Circuito, mas que novas pesquisas e medidas deveriam ser adotadas para permitir a implementação do Circuito.

Entre as diretrizes de pesquisa, sugeriu-se:

- dar continuidade ao levantamento dos espaços turísticos regionais;
- iniciar as pesquisas dos equipamentos e serviços turísticos;
- reunir informações sobre infra – estrutura de apoio turístico;
- avançar na pesquisa sobre ao perfil dos atuais turistas;
- identificar os principais centros emissores.

Como sugestões de continuidade, propôs-se trabalhar:

- na elaboração e operação de roteiros intermunicipais, em caráter experimental;
- na construção de banco de dados;
- no mapeamento da oferta turística;
- na implantação de postos de informação;
- na produção de material gráfico e etc.;
- na possível elaboração de um Plano Estratégico de Turismo para o Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia.

A seqüência dos trabalhos, no entanto, enfrentou dificuldades associadas à manutenção da equipe - já sobrecarregada pelas atividades nos Municípios. A opção pela contratação de uma empresa externa para a implantação dos primeiros produtos sugeridos, por sua vez, não tem conseguido dar prosseguimento à dinâmica coletiva anterior, fragilizando-se a implantação deste Circuito.

Entre os inúmeros desafios postos àqueles que pretendem implementar o turismo regional está a articulação e a integração dos diferentes segmentos, o qual foi superado pelo desenvolvimento desta metodologia de trabalho. No entanto, o processo ainda se mostra incipiente uma vez que houve pouco avanço no sentido de garantir a elaboração de um portfólio de produtos ou mesmo outras ações que garantissem a consolidação da articulação técnica e política já estabelecida. Neste sentido, as dificuldades apontadas no início deste texto se mostram muito presentes no cotidiano dos gestores de turismo deste circuito.

5. Considerações Finais

A experiência de regionalização do turismo no país tem provocado uma série reflexões sobre sua eficácia e, principalmente, pelas transformações que tem provocado nas localidades e nas regiões onde está sendo implementada. Na Região Metropolitana de Campinas esta atividade está sendo construída de modo coletivo, e ainda num ritmo bastante lento. No entanto, já se observam algumas mudanças importantes, principalmente no se refere à compreensão do significado e das possibilidades para o turismo desta região. De modo geral, a atividade turística esteve sempre ligada aos visitantes que freqüentam a região por motivo de trabalho, para fazer negócios ou participar de eventos. Mas além desta estrutura, descobriram outros recursos turísticos, relacionados principalmente ao desenvolvimento de tecnologia. Daí surge o desafio, estabelecer um novo modelo de turismo que consiga transcender a visão de eventos e negócios para turismo baseado no conhecimento gerado na região.

Para isso os técnicos das localidades envolvidas na proposta desenvolveram e vivenciaram aquilo que é ensejado pelo planejamento turístico, o conhecimento aprofundado, das potencialidades e das fragilidades estabelecendo com clareza os objetivos de desenvolvimento desejados pela população destes locais. Além disso, proporcionou àqueles que participaram ativamente do processo um novo olhar sobre a realidade de suas localidades, e uma maior compreensão sobre as possibilidades de desenvolvimento turístico que as mesmas apresentam.

No entanto, o desafio só começa aqui. O processo inovador implementado nos primeiros momentos do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia, tem se deparado com uma série de dificuldades na qual se destacam o distanciamento dos participantes, a fragilidade da articulação política e o caráter incipiente das propostas de operacionalização de

produtos turísticos. Este panorama é um forte indicativo da necessidade de se conhecer melhor e utilizar os instrumentos de gestão de destinos, a fim de possibilitar que este circuito possa tornar-se competitivo no cenário nacional.

BIBLIOGRAFIA

- AGEMCAMP – Agência Metropolitana de Campinas. Disponível em www.agemcamp.sp.gov.br acessado em 10/10/2007.
- BRASIL. Plano Nacional de Turismo. Macroprograma 4 – regionalização do turismo. Ministério do Turismo. Brasília. 2005.
- BRAGA, Débora C. Turismo industrial. **In.** ANSARAH, M. G. e PANOSSO, A. *A segmentação do turismo*. Barueri: Manole. **No prelo.**
- EMBRATUR. *Plano Nacional do Turismo. Diretrizes, Metas e Programas . 2003-2007*. Brasília, Ministério do Turismo. Abr. 2003.
- EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. Disponível em www.emplasa.sp.gov.br/metropoles. acessado em 01/10/2007.
- OMT. *A practical guide to tourism destination management*. Madrid. Spain. 2007.
- SÃO PAULO. Decreto n. 50.600 de 27/03/06. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/dg280202.nsf> acessado em 12/07/2007.
- SOLHA, Karina T. *Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil*. Tese de doutoramento. ECA/USP. 2004.